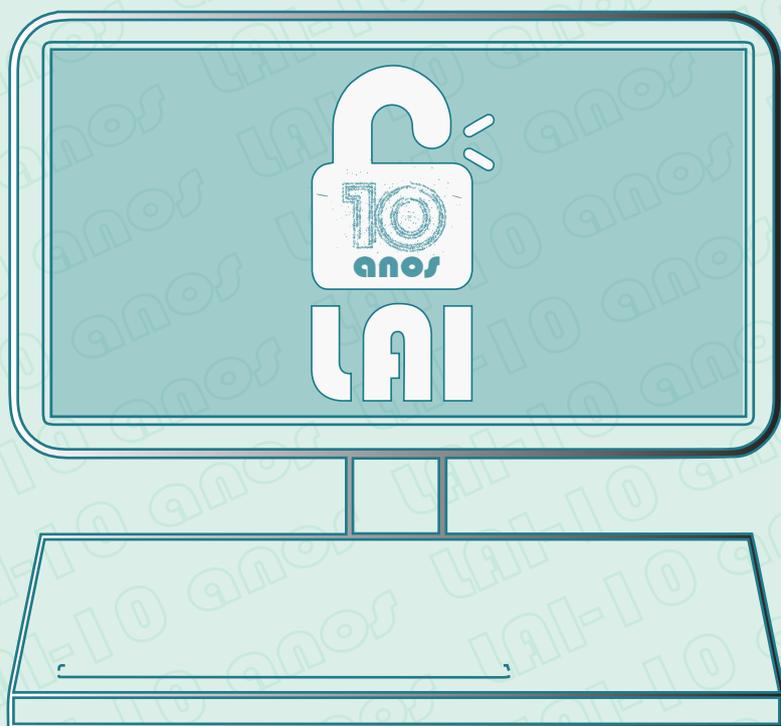


Lei de Acesso à Informação

Relatório 2021



Prefeito
Ricardo Nunes

Controlador Geral do Município
Daniel Falcão

Chefe de Gabinete
Thalita Abdala Aris

Ouvidora Geral do Município
Maria Lumena Balaben Sampaio

Coordenador de Promoção da Integridade
Fábio Roberto Vieira

Assessoria Técnica (OGM)
Luciana Araújo Amorim dos Santos

Divisão de Transparência Passiva (OGM)
Liliane Aparecida Carrillo da Silva
Giselle Melo
Carolina Marques Santos

Divisão de Relatórios e Estatísticas (OGM)
Sheila de Fátima Batista Malta Souza

Assessoria Técnica (COPI)
João Victor Palhuca Braz
Ricardo Figueirêdo Veiga
Thiago Henrique Pereira

Divisão de Fomento ao Controle Social (COPI)
Gláucia Bellei Neix
Beatriz Chaves Dias

Divisão de Transparência Ativa (COPI)
Thulio Manoel Costa Oliveira
Bianca Lisboa Jacom
Douglas Oliveira de Andrade

Imprensa
Jornalista
Liliane Rossi
Diagramação
Marcello Gadotti Neto

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGM	Controladoria Geral do Município
CMAI	Comissão Municipal de Acesso à Informação
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
COPI	Coordenadoria de Promoção da Integridade
EMASP	Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FTMSP	Fundação Theatro Municipal de São Paulo
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
IPREM	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
LAI	Lei de Acesso à Informação
OGM	Ouvidoria Geral do Município
OGP	Open Government Partnership
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
R.O.	Recurso de Ofício
REDE INFO ABERTA	Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SERS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SFMSP	Serviço Funerário
SG	Secretaria Municipal de Gestão
SGM	Secretaria do Governo Municipal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDP	Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMJ	Secretaria Municipal de Justiça
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRI	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SP OBRAS	São Paulo Obras
SP URBANISMO	São Paulo Urbanismo
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
SPSEC	Companhia Paulista de Securitização
SPTans	São Paulo Transportes S/A
SPTURIS	São Paulo Turismo S/A
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

Sumário

Apresentação	5
Introdução.....	7
1. Transparência Passiva	8
Estatísticas gerais do e-SIC	8
I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC	10
II. Pedidos por Órgão/ Entidade Municipal em 2021	11
III. Pedidos por Órgão a cada mês	13
IV. Encaminhamentos	15
V. Recursos de ofício	16
VI. Canal de Entrada dos pedidos	18
2. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação.....	19
I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC	19
3. Perfil de usuários do e-SIC.....	21
I. Localização geográfica de solicitantes.....	21
II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes.....	21
III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes.....	22
IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes	22
V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos	23
4. Transparência Ativa.....	24
I. Portal da Transparência	24
II. Visitas ao Portal de Transparência e ao Portal de Dados Abertos entre 2012 e 2021.....	25
III. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal de Transparência - 2012 e 2021	25
IV. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal de Dados Abertos - 2012 e 2021	26
V. Número de Visitas, de Páginas Visitadas e Volume de dados baixados em ambos os portais – 2012 a 2021.....	25
5. Informações Classificadas e Desclassificadas.....	27
6. Capacitações e debates realizados.....	30
I. Atividades internas de formação.....	30
II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo.....	31
III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto	32
7. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto.....	33
Referências	34

Apresentação

O Relatório Anual da LAI 2021 do Município de São Paulo tem como objetivo a apresentação dos dados estatísticos dos pedidos de acesso à informação registrados através do Sistema e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão) sob gestão da Controladoria Geral do Município por meio da Ouvidoria Geral do Município e Coordenadoria de Promoção da Integridade, em cumprimento a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011) regulamentada pelo Decreto Municipal 53.623/2012, alterado pelo Decreto 54.779/14.

No ano de 2021 houve uma diminuição no registro de pedidos de acesso à informação, uma variação de -16% de 2020 para 2021. Em números absolutos foram registrados 8.262 pedidos de informação em 2021, contra 9.853 em 2020. Entre 2012 e 2021, foram registrados 57.505 pedidos de acesso à informação através do Sistema e-SIC.

Os pedidos de informação respondidos, em 2021, tiveram uma variação proporcional ao número total de registros, sendo -11% se comparado ao ano anterior. Em 2021, foram respondidos inicialmente 7.455, ou seja, 89% foram atendidos ou indeferidos em fase inicial. A primeira e segunda instâncias recursais também apresentaram uma evolução proporcional ao total de registros, uma diminuição de 5% e 25% respectivamente.

Houve, também, aumento nas solicitações apresentadas na terceira instância recursal: de 117 recursos em 2020 para 174 recursos em 2021. Isso representa um acréscimo de 48,8% nos recursos em pedidos de acesso à informação apresentados à CMAI – Comissão Municipal de Acesso à Informação, última instância administrativa da sua tramitação. Trata-se de uma sinalização que demonstra o maior interesse do cidadão em solicitar esclarecimentos quanto às informações prestadas nas instâncias anteriores pelos órgãos da Administração Pública Municipal. Do total de 8.262 pedidos de informação em 2021, chegaram à terceira instância 174 recursos, o que corresponde a 21%.

A Controladoria Geral do Município por meio da Ouvidoria Geral é responsável pela política de Transparência Passiva, razão pela qual constantemente adota ações para atendimento a LAI. Destaca-se nesse período:

- 1. Integração de cursos de capacitação em transparência passiva e boas práticas de apresentação e resposta aos pedidos e-sic, ao CFCI – Centro de Formação de Controle Interno por meio de uma agenda permanente. O Curso oferecido é o “Pedido de Informação: Ferramenta de Cidadania”;*
- 2. Reuniões e abertura de Ordem de Serviço com a PRODAM para a internalização de novas tecnologias de filtro e IA - inteligência Artificial objetivando agilidade na identificação de pedidos recorrentes, anonimização e oferecimento de resposta;*
- 3. Aprimoramento da Carta de Serviços para que o cidadão encontre as orientações adequadas e seja redirecionado para o sistema e-sic, oportunizando o registro. Na prática, constitui em mais uma forma de acesso ao cidadão.*

A Coordenadoria de Promoção da Integridade, por meio da Divisão da Transparência Ativa, no ano de 2021, também contou com importantes avanços. Foi realizado o lançamento do novo Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo. O novo Portal da Transparência foi desenvolvido em plataforma aberta e não proprietária (WordPress), facilitando a sua manutenção, aplicação de melhorias futuras, gestão de documentos e arquivos, e tornando o portal mais acessível por máquinas e API's. Esta reformulação foi fundamental para ampliar e modernizar a linguagem e identidade visual do Portal da Transparência, trazendo também uma maior adaptabilidade de seu conteúdo em diferentes telas e dispositivos, melhor performance de navegação, e estrutura de

informações mais intuitiva e integrada aos demais portais da Prefeitura.

Durante o segundo semestre, a DTA trabalhou junto à Prodam para a conclusão da segunda etapa de desenvolvimento do novo Portal da Transparência. Dentre as ferramentas implementadas no portal, há melhorias nos mecanismos de busca de dados sobre Funcionalismo, inclusão dos dados de pagamentos dos funcionários da Administração Indireta, e a reformulação completa do mecanismo de Consultas Orçamentárias, aprofundando ainda mais a transparência dos dados institucionais da PMSP. Você pode acessar o novo Portal da Transparência através do seguinte link:

<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>

São Paulo, 27 de maio de 2022

Daniel Falcão

Controlador Geral do Município

Introdução

A Controladoria Geral do Município é o órgão responsável pela promoção do controle interno dos órgãos municipais e das entidades da administração indireta, além de dar suporte ao Prefeito no combate à corrupção, na promoção da moralidade, da ética e da transparência no setor público, no incentivo ao controle social da gestão municipal e nas atividades de auditoria, correição e ouvidoria, bem como atuar na defesa do usuário do serviço público municipal.

No que se refere à Transparência Pública, a CGM é responsável pelo monitoramento da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n. 12.527/2011), regulamentada no município pelo Decreto Municipal n. 53.623/2012, além de promover treinamentos aos agentes públicos para o desenvolvimento de boas práticas relacionadas à transparência na Administração Pública.

A transparência possui a sua face ativa, quando o poder público divulga proativamente suas informações para a população nos portais institucionais e sua face passiva através do e-SIC, quando por meio de solicitações dos cidadãos e cidadãs o poder público garante o acesso às informações públicas sob sua custódia.

Entre as ações de promoção da transparência no ano de 2021, constam as atividades formativas para servidores públicos e membros da sociedade civil, onde a Controladoria Geral por meio da COPI – Coordenadoria de Promoção da Integridade realizou capacitações, debates e atividades internas de formação.

Em síntese em cumprimento ao Art. 30 da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n. 12.527/2011) e ao Art. 53 do Decreto Municipal n. 53.623/2012, que a regulamenta no Município de São Paulo, este relatório compila informações gerais e dados estatísticos relacionados ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em suas modalidades presencial, carta e eletrônica (e-SIC), bem como traz informações sobre atividades relacionadas à promoção da transparência no município e perfil dos usuários do Sistema e-SIC, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

1. Transparência Passiva

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) é uma das principais formas de garantia da transparência e da participação social. Os pedidos de acesso à informação pública tem fundamento no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, garantindo que qualquer pessoa pode solicitar e receber dos órgãos e entidades públicas informações que são produzidas ou custodiadas por eles. Assim, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como LAI - Lei de Acesso à Informação viabilizou esse direito.

Na cidade de São Paulo, a LAI foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 53.623/2012. O pedido pode ser feito na modalidade presencial, carta ou eletrônica (e-SIC), por qualquer pessoa que queira solicitar informações sobre a gestão pública aos órgãos da Prefeitura, tendo seus prazos de atendimento e possibilidades de recursos garantidos legalmente.

Todo o pedido de acesso à informação, independente da modalidade, é registrado no Sistema e-sic, sendo ele o repositório único. A seguir estão os dados e estatísticas gerais dos pedidos de informação registrados através do Sistema e-SIC municipal, consolidados pela Divisão de Relatórios e Estatísticas da Ouvidoria Geral.

Estatísticas gerais do e-SIC

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram registrados no e-SIC municipal 8.262 pedidos de acesso à informação. Nesse período, 7.455 pedidos tiveram decisão inicial, sendo que 6.234 foram atendidos e 1.221 indeferidos pelos órgãos. No mesmo período, 992 solicitações foram encaminhadas à primeira instância recursal; 935 foram analisadas pela Controladoria Geral do Município, em segunda instância recursal; e, 174 solicitações passaram para análise da terceira e última instância recursal, a Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), conforme detalha a tabela abaixo:

Detalhamento do fluxo anual dos pedidos¹

Situação	2021	2020	2019
Pedidos registrados	8.262	9.853	8778
Decisões iniciais	7.455	8.362	8168
Atendidos	6.234	7.505	7531
Indeferidos	1.221	857	637
1ª instância: solicitações	992	1.041	918
1ª instância: decisões	777	796	730
Deferidos	606	613	610
Indeferidos	171	183	120
2ª instância: solicitações	935	1.255	930
2ª instância: decisões	899	999	942
Deferidos	374	857	800
Indeferidos	525	142	142
3ª instância: solicitações	174	117	111
3ª instância: decisões	108	99	112
Deferidos	26	47	70
Indeferidos	82	52	42

¹ Em cada instância recursal há uma quantidade de decisões deferidas e indeferidas, no ano referido, comparado aos dois últimos anos. Importante salientar que, em virtude dos prazos de atendimento e prazos recursais, o número total de solicitações não coincidirá com o número total de decisões recursais. O detalhamento completo dos dados estatísticos apresentados pode ser obtido ao consultar os relatórios publicados na página da Controladoria Geral do Município, disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia_passiva/index.php?p=261543

No ano de 2021 houve uma diminuição no registro de pedidos de acesso à informação, uma variação de -16% de 2020 para 2021. Em números absolutos foram registrados 8.262 pedidos de informação em 2021, contra 9.853 em 2020. Entre 2012 e 2021, foram registrados 57.505 pedidos

de acesso à informação através do Sistema e-SIC.

Os pedidos de informação respondidos, em 2021, tiveram uma variação proporcional ao número total de registros, sendo -11% se comparado ao ano anterior. Em 2021, foram respondidos inicialmente 7.455, ou seja, 89% foram atendidos ou indeferidos em fase inicial. A primeira e segunda instâncias recursais também apresentaram uma evolução proporcional ao total de registros, uma diminuição de 5% e 25% respectivamente.

Houve, também, aumento nas solicitações apresentadas na terceira instância recursal: de 117 recursos em 2020 para 174 recursos em 2021. Isso representa um acréscimo de 48,8% nos recursos em pedidos de acesso à informação apresentados à CMAI – Comissão Municipal de Acesso à Informação, última instância administrativa da sua tramitação. Trata-se de uma sinalização que demonstra o maior interesse do cidadão em solicitar esclarecimentos quanto às informações prestadas nas instâncias anteriores pelos órgãos da Administração Pública Municipal. Do total de 8.262 pedidos de informação em 2021, chegaram à terceira instância 174 recursos, o que corresponde a 21%.

Interpretando os dados acima

- Pedidos registrados são todos os pedidos registrados, independente da modalidade, no referido ano, desconsiderando eventuais mudanças devido aos encaminhamentos internos via sistema.
- As decisões iniciais são todos os pedidos de informação que foram atendidos no referido ano. É importante destacar que, devido ao prazo de atendimento de 20 dias (prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa) e a dinâmica dos encaminhamentos internos via sistema, eventualmente alguns protocolos não são atendidos no seu ano de registro.
- Os pedidos atendidos são os pedidos de acesso à informação que foram atendidos pelos órgãos em seus exatos termos.
 - Os pedidos indeferidos são aqueles recusados pelos órgãos e justificados com base legal ao munícipe.
- 1ª Instância: solicitações são os pedidos de informação que tiveram recurso de 1º instância registrado naquele ano.
- 1ª instância: decisões são os recursos de 1ª instância que foram analisados e respondidos pelos órgãos no ano em questão.
 - Os recursos de 1ª instância deferidos são os recursos atendidos em seus termos pelos órgãos, no ano em questão.
 - Os recursos de 1ª instância indeferidos são aqueles negados e justificados com base legal pelos órgãos ao munícipe, no ano em questão.
- 2ª Instância: solicitações são os pedidos de informação que tiveram recurso de 2º instância registrado naquele ano.
- 2ª Instância: decisões são os recursos de 2º Instância que foram analisados pela CGM.
 - Os recursos de 2ª instância deferidos são recursos atendidos pelo órgão de origem, após análise e encaminhamento da CGM, no ano em questão.
 - Os recursos de 2ª instância indeferidos são recursos analisados e negados pela CGM, devidamente justificados com base legal ao munícipe, no ano em questão.
- 3ª Instância: solicitações são os pedidos de informação que tiveram recurso de 3º instância registrado naquele ano.
- 3ª Instância: decisões são os recursos de 3ª Instância que foram analisados pela Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI) naquele ano, tendo a sua resposta emitida.
 - Os recursos de 3ª instância deferidos são recursos atendidos nos seus termos pela Comissão Municipal de Acesso à Informação, naquele ano.
 - Os recursos de 3ª instância indeferidos são aqueles negados pela Comissão Municipal de Acesso à informação e justificados ao munícipe, naquele ano.

I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC

Seguindo a tendência já verificada nos últimos anos, a evolução do uso do sistema e-SIC para a realização de pedidos de acesso à informação vem aumentando gradativamente. Entre 2013 e 2020 houve um incremento de mais de 290,83 %, passando de 2521 solicitações em 2013 para 9.853 em 2020.

Detalhamento dos pedidos recebidos por ano

Ano	Primeiro protocolo do ano	Último protocolo do ano	Total de pedidos	Média mensal
2012	1	295	295	73,8
2013	296	3870	2521	210,1
2014	3871	10257	2404	200,3
2015	10258	14474	4217	351,4
2016	14475	19686	5212	434,3
2017	19687	27546	7860	655
2018	27547	35649	8103	675,3
2019	35650	44427	8778	731,5
2020	44428	54281	9.853	821,08
2021	54282	62543	8262	688,5

A tabela acima apresenta um resumo dos pedidos efetuados e de seu registro no banco de dados do e-SIC. Na média geral, no ano de 2021 houve uma diminuição de 16% na média mensal de pedidos registrados, passando de 821,08 em 2020 para 688,5 em 2021.

II. Pedidos por Órgão/ Entidade Municipal em 2021

Verifica-se, a seguir, a lista de pedidos recebidos por órgão / entidade municipal e qual a proporção desta quantidade em relação aos 8.262 de pedidos registrados no ano:

Órgão / Entidade Municipal	Total de Pedidos	% do total de pedidos
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	1105	13,37%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	579	7,01%
SPTrans - São Paulo Transportes S/A	575	6,96%
SME - Secretaria Municipal de Educação	546	6,61%
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	435	5,27%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	377	4,56%
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	262	3,17%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	238	2,88%
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	215	2,60%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	205	2,48%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	179	2,17%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	159	1,92%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	155	1,88%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	153	1,85%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	139	1,68%
CGM - Controladoria Geral do Município	138	1,67%
PGM - Procuradoria Geral do Município	128	1,55%
SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	120	1,45%
SEGES - Secretaria Executiva de Gestão	113	1,37%
SG - Secretaria Municipal de Gestão	107	1,30%
SGM - Secretaria de Governo Municipal	102	1,23%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	101	1,22%
Subprefeitura São Mateus	100	1,21%
Subprefeitura Pinheiros	80	0,97%
SP OBRAS - São Paulo Obras	71	0,86%
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	70	0,85%
Subprefeitura Jabaquara	69	0,84%
Casa Civil	67	0,81%
Subprefeitura Itaim Paulista	65	0,79%
SFMSP - Serviço Funerário	61	0,74%
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	57	0,69%
Subprefeitura Itaquera	53	0,64%
Subprefeitura Lapa	53	0,64%
Subprefeitura Sé	52	0,63%
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação	51	0,62%
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	48	0,58%
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo	48	0,58%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	48	0,58%
Subprefeitura Mooca	47	0,57%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	46	0,56%
Subprefeitura Vila Mariana	46	0,56%
Subprefeitura Butantã	45	0,54%
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	42	0,51%
SEL - Secretaria Municipal de Licenciamento	41	0,50%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	40	0,48%
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	39	0,47%

Órgão / Entidade Municipal	Total de Pedidos	% do total de pedidos
Subprefeitura Ipiranga	39	0,47%
Subprefeitura Santo Amaro	39	0,47%
SMJ - Secretaria Municipal de Justiça	37	0,45%
Subprefeitura Capela do Socorro	36	0,44%
IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	35	0,42%
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	33	0,40%
Subprefeitura Campo Limpo	32	0,39%
Subprefeitura Penha	32	0,39%
SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	31	0,38%
Subprefeitura Guaianases	31	0,38%
Prodram-Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Munic.SP	29	0,35%
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	27	0,33%
Subprefeitura São Miguel Paulista	27	0,33%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	25	0,30%
Subprefeitura Cidade Ademar	25	0,30%
Subprefeitura M' Boi Mirim	25	0,30%
Subprefeitura Parelheiros	25	0,30%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	24	0,29%
Subprefeitura Sapopemba	24	0,29%
Subprefeitura Vila Prudente	24	0,29%
SERI – Secretaria Executiva de Relações Institucionais	23	0,28%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	22	0,27%
Subprefeitura Freguesia / Brasilândia	20	0,24%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	19	0,23%
São Paulo Parcerias S/A	16	0,19%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	13	0,16%
FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	12	0,15%
Subprefeitura Perus	12	0,15%
FPETC_ Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	11	0,13%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	11	0,13%
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	10	0,12%
SERS - Secretaria Especial de Relações Sociais	9	0,11%
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	7	0,08%
SPSEC - Companhia Paulistana de Securitização	7	0,08%
	8262	100%

III. Pedidos por Órgão a cada mês

Para conferir a evolução do número de pedidos de acesso à informação enviados a cada órgão da Administração Municipal, consulte a lista a seguir. Assim como a tabela anterior, ela está ordenada a partir do maior número de pedidos recebidos. Para efeitos de disponibilização da informação, optou-se por indicar apenas a sigla de cada órgão, ou seu nome reduzido.

Órgãos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SMS	73	107	79	160	82	128	113	108	81	66	49	59	1105
SF	78	70	48	44	38	53	48	34	38	52	44	32	579
SPTrans	97	90	24	39	67	47	45	52	32	35	28	19	575
SME	75	49	43	64	51	50	37	41	50	34	32	20	546
CET	48	68	27	43	42	35	25	19	32	39	30	27	435
SMT	35	29	35	21	30	31	26	34	28	47	39	22	377
SMUL			24	22	26	32	44	29	26	30	24	18	275
SMSUB	32	43	27	19	27	16	13	24	11	22	17	11	262
SMSU	16	16	14	21	31	17	18	43	20	10	17	15	238
AMLURB	46	17	49	10	19	16	13	11	8	10	5	11	215
SEHAB	12	28	12	11	15	25	19	12	11	10	14	10	179
SMADS	19	16	16	18	11	8	14	12	15	11	13	6	159
SVMA	22	15	9	16	9	13	11	18	11	13	10	8	155
COHAB	21	19	11	10	12	15	10	13	18	7	10	7	153
SMC	16	7	7	4	6	31	6	12	10	17	16	7	139
CGM	15	10	6	20	9	10	20	12	12	9	11	4	138
PGM	16	21	11	13	9	6	8	11	14	8	3	8	128
SIURB	13	18	8	10	4	6	13	10	8	12	11	7	120
SEGES					1	19	30	15	13	12	12	11	113
SG	22	25	15	27	18								107
SGM	7	7	5	8	6	7	11	11	10	13	10	7	102
SMDHC	7	6	10	9	8	8	5	14	11	9	11	3	101
SubSM	6	9	10	4	15	6	15	16	4	9	4	2	100
SubPI	7	13	5	4	5	11	10	10	6	4	2	3	80
SP Obras	14	6	2	6	5	8	13	9		4	2	2	71
SubJA	2	12	2	4	3		10	11	6	2	7	10	69
Casa Civil	9	6	2	2	6	4	4	7	8	7	7	5	67
SubIT	6	11	11	9	1	1	5	11	3	3	2	2	65
SFMSP	7	2	6	10	3	9	4	5	2	7	3	3	61
SMDDET	7	8	3	7	12	4	1	4	4	4	1	2	57
SubIQ	3	4	20	4	4	3	4	4	2	3	2		53
SubLA	7	12	1	8	7	7	2	5	1		2	1	53
SubSE	4	9	6	2	8	1	1	5	3	5	6	2	52
SECOM	8	8	1	5	4	2	7	7		6	1	2	51
SEME	2	9	2	6	5	9	3	1		3	4	4	48
SP Urbanismo	8	6	4	2	3	10	4	3	2	2	3	1	48
SubST	8	8	2	2	5		4	6	7	1	4	1	48
SubMO	7	12	4	2	4	2	3	4	2	4	3		47
SubEM	2	12	5	3	3	3	3	4	4	4		3	46
SubVM	8	5	6	5	3	3	3	2	1	2	5	3	46
SubBT	5	3	4	4	4	7	5	3	4	1	4	1	45
SMIT	4		3	5	8	1	3	7	3	4	1	3	42

Órgãos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SEL	14	27											41
SubJT	6	8	2	1	2	2	3	9	2	3		2	40
HSPM	24	2		1	1	2		2	1	1	3	2	39
SubIP	7	4	2	4	6	2	3	1	2	7		1	39
SubSA	4	9	4	5	2	1	5	3	2		2	2	39
SMJ	2	2	3	5	6	3	3	4	1	6	2		37
SubCS	6	7	4	2	4	1	6	2	2	2			36
IPREM	6	2	6	3	3		2	2	3	1	5	2	35
SMPED	6	3	1	5	2	3	1	3	2	1	3	3	33
SubCL	3	3	4	3	1	2	2	11	2	1			32
SubPE	2	5	2	5	2	2	2	6	2	2	1	1	32
SMDU	12	9	3	3	4								31
SubG	4	3	8	2	2	1	4	4	1			2	31
Prodam	3	5	2	5	3	1	1	1	3	2	2	1	29
SubPJ	2	3	4	3	1	5	3	3	1	1		1	27
SubMP	1	8	3	3	3		4	1	1		2	1	27
SubCV	5	6	1	3	2		1	1	3	1		2	25
SubAD	1	5	2	1	3	1	2	1	4	3		2	25
SubMB	4	4	2	2	1	1	2	4	2	2	1		25
SubPA	1	2	4	4	3	4	2	1	2		1	1	25
SubAF	2	3	2	2	2	1	2	2	4	2	1	1	24
SubSP	3	3	2	4	3	1	3	2	1	1	1		24
SubVP	3	4	1	4	2		4	2	1	1	1	1	24
SERI							2	2	8	6	4	1	23
SPTURIS	3	2		4	1	2	5	2		3			22
SubFO	2	3	5	2	1		1	1	3		1	1	20
SubCT	5	2	1	1	1	2	3	1	2			1	19
SP Parcerias				2	1	1	1	3		4	2	2	16
SubMG		2	1	1	1	1	3	2	2				13
FTMSP	2			2		1	1	1	1		3	1	12
SubPR	2	1	2	1	1	2	1	1	1				12
FPETC		1		3			1	3		1	1	1	11
SMRI				3	2	1		2	2	1			11
SPDA				3		2		2	1		2		10
SERS	4	2		2	1								9
SMTUR	4	3											7
SPSEC				3		2	1	1					7
Total Geral	937	959	650	780	696	711	707	745	583	593	507	394	8262

IV. Encaminhamentos

O Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo permite que os órgãos encaminhem, via sistema, pedidos de acesso à informação que não são de sua competência para o órgão competente. Essa funcionalidade permite que o protocolo registrado seja reaproveitado, quando a informação solicitada é de competência da municipalidade.

A solicitação de encaminhamento parte do órgão que recebeu a demanda originalmente, após a solicitação de encaminhamento, o pedido fica com o status “congelado” até que a Controladoria Geral do Município possa confirmar a competência do órgão indicado. Após a confirmação de competência para o atendimento do pedido, a CGM é responsável pelo deferimento do encaminhamento. Caso o órgão indicado negue a competência, a CGM indefere a transferência. Uma vez deferido o encaminhamento, o pedido de acesso à informação passa a ter um novo órgão de tramitação e a data de tramitação que passa a ser contabilizada é a do deferimento.

No ano de 2021, houve 1.573 solicitações de encaminhamentos de pedidos, tendo sido 1.372 deferidos e 201 indeferidos.

Total de Pedidos Encaminhados em 2021			
Mês	Total	Deferidos	Indeferidos
Janeiro	134	120	14
Fevereiro	178	168	10
Março	194	180	14
Abril	105	95	14
Maio	90	75	15
Junho	150	127	23
Julho	143	114	29
Agosto	121	102	19
Setembro	102	86	16
Outubro	152	131	21
Novembro	114	99	15
Dezembro	86	75	11
Total	1573	1372	201

V. Recursos de ofício

No e-SIC municipal, os “Recursos de Ofício” (R.O.) consistem em um mecanismo que registra recursos automáticos para pedidos de acesso à informação que não receberam uma resposta dos órgãos e entidades da Prefeitura na fase inicial de sua tramitação ou na fase recursal de 1ª Instância.

Dessa maneira, se uma unidade não responde uma solicitação nos 20 dias regulamentares do prazo inicial, pede a prorrogação do seu prazo de resposta e mesmo assim não atende a solicitação ou, ainda, se deixa de analisar o recurso de 1ª Instância apresentado à sua autoridade máxima, o pedido é reportado automaticamente para a 2ª Instância, mesmo que o solicitante não registre o recurso. A partir de agosto de 2018 os pedidos recursais de 2ª. instância passaram a ser apreciados pela Ouvidoria Geral do Município.

Os relatórios mensais publicados, disponíveis através do link https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia_passiva/index.php?p=261543, são um retrato do que ocorreu no sistema e-sic durante aquele mês, com base nos dados retirados do sistema no dia 01 do mês seguinte. Considerando os prazos, um mesmo protocolo pode ser trabalhado nos meses seguintes. Na tabela abaixo, estão detalhados todos os 688 pedidos de informação que foram reportados à 2º Instância automaticamente por Recursos de Ofício em 2021, o que corresponde à 8,3% do total de pedidos registrados. A tabela apresenta o nome da unidade acionada, a quantidade de R.O.s recebidos e a porcentagem de Recursos de Ofício enviados ao órgão em comparação ao total de pedidos registrados para aquele órgão no período.

Órgão	Total Geral	%
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	104	48,37%
Casa Civil	8	11,94%
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	2	0,46%
CGM - Controladoria Geral do Município	4	2,90%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	21	13,73%
FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1	8,33%
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	1	2,56%
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação	3	5,88%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1	3,23%
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	6	8,57%
SEGES - Secretaria Executiva de Gestão	2	1,77%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	27	15,08%
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	1	2,08%
SERI – Secretaria Executiva de Relações Institucionais	17	73,91%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	3	0,52%
SFMSP - Serviço Funerário	1	1,64%
SGM - Secretaria de Governo Municipal	2	1,96%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	19	11,95%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	59	42,45%
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	5	8,77%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	12	11,88%
SME - Secretaria Municipal de Educação	50	9,16%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	3	27,27%
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	54	4,89%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	35	14,71%
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	27	10,31%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	8	2,12%

Órgão	Total Geral	%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	3	1,46%
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo	4	8,33%
SPTTrans - São Paulo Transportes S/A	6	1,04%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	8	36%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	1	4,17%
Subprefeitura Campo Limpo	1	3,13%
Subprefeitura Capela do Socorro	19	52,78%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	3	12,00%
Subprefeitura Cidade Ademar	12	48,00%
Subprefeitura Freguesia / Brasilândia	1	5,00%
Subprefeitura Ipiranga	16	41,03%
Subprefeitura Itaim Paulista	11	16,92%
Subprefeitura Itaquera	5	9,43%
Subprefeitura Jabaquara	1	1,45%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	8	20,00%
Subprefeitura Lapa	3	5,66%
Subprefeitura M' Boi Mirim	2	8,00%
Subprefeitura Mooca	6	12,77%
Subprefeitura Perus	3	25,00%
Subprefeitura Pinheiros	4	5,00%
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	24	88,89%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	3	6,25%
Subprefeitura São Mateus	2	2,00%
Subprefeitura Sapopemba	1	4,17%
Subprefeitura Vila Prudente	12	50,00%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	53	34,19%
Total Geral	688	8,33%

VI. Canal de Entrada dos pedidos

Os pedidos de acesso à informação em São Paulo podem ser registrados por três canais: eletronicamente, pelo Portal eletrônico e-SIC, presencialmente nas unidades de atendimento do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão ou por carta, endereçada aos órgãos da Prefeitura de São Paulo ou à Controladoria Geral do Município.

Como uma ação de difundir o acesso a esse serviço, as unidades de atendimento presencial da Ouvidoria Geral do Município, nas 8 (oito) unidades do Descomplica-SP, passaram a acolher e registrar os pedidos de Acesso à Informação. Além disso, passou a ser divulgada a lista com as unidades de atendimento presencial do SICs no Portal da CGM, podendo ser acessada por esse link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral/acesso_a_informacao/index.php?p=151868

Abaixo temos a quantidade de pedidos registrados em 2021, de acordo com seu canal de entrada:

Canal de Entrada	Quantidade	% sobre o Total de pedidos
Balcão	1	0,01%
Carta	9	0,11%
Internet	8252	99,88%
TOTAL	8262	100,00%

2. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação

Em 2017, a Divisão de Transparência Passiva da Ouvidoria Geral do Município deu início à categorização dos pedidos de acesso à informação registrados no Sistema e-SIC durante o ano. A categorização se dá em três aspectos:

- A. Tema VCGE** – categorização dos pedidos com base no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico.
- B. Subtema** – categorização a partir de subtemas elaborados pela Prefeitura de São Paulo.
- C. Natureza** – categorização de acordo com a natureza pública ou pessoal da solicitação.

I. Principais temas solicitados em 2021

Abaixo, estão listados os dez assuntos (temas e subtemas) mais recorrentes nos pedidos de acesso à informação em 2021.

Subtema	Tema - VCGE	Quantidade	%Total
Documentos	Administração	1393	16,86%
Funcionalismo	Administração	755	9,14%
Solicitação de Serviços	Fora do Escopo	658	7,96%
Outros em Administração	Administração	457	5,53%
Fora de Competência	Fora do Escopo	395	4,78%
Administração Financeira	Economia e Finanças	318	3,85%
Outros em Saúde	Saúde	251	3,04%
Equipamentos de Saúde	Saúde	249	3,01%
Serviços Urbanos	Urbanismo	243	2,94%
Multas	Transportes	233	2,82%

Em relação à classificação de acordo com a natureza das solicitações, observou-se que 88% dos pedidos registrados em 2021 eram de natureza pública, enquanto 12% eram de natureza pessoal.

Natureza dos Pedidos	Total de pedidos	% do total de pedidos
Pessoal	1020	12%
Pública	7242	88%
Total	8262	100%

Ressalta-se que a classificação temática completa, contendo a classificação de todos os pedidos e o dicionário de variáveis, encontra-se disponível no link: <http://bit.ly/classificacao-tematica-esic>.

No ano de 2021, 68% dos pedidos solicitavam informações consideradas comuns, que não exigem grandes trabalhos de análise e consolidação de informação para o pleno atendimento. Em sequência, 16% dos pedidos eram relacionados a informações complexas, que demandam mais trabalho de análise e consolidação das informações pelos órgãos. Por fim, 16% das solicitações registradas no e-SIC na verdade não eram de competência do e-SIC municipal, seja por serem solicitações de serviços, denúncias, reclamações, elogios ou por não serem informações de competência da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Complexidade dos Pedidos	Total de pedidos	% do total de pedidos
Comum - CO	5621	68%
Complexo - CX	1342	16%
For a de Escopo - FE	1299	16%
Total	8262	100%

3. Perfil de usuários do e-SIC

Ao se cadastrar no e-SIC, o/a solicitante tem a opção de preencher algumas informações que permitem traçar um perfil de usuários do sistema. A seguir, serão apresentados os aspectos gerais das pessoas que fizeram solicitações de informações à Prefeitura de São Paulo e que também optaram por fornecer essas informações.

Esses dados podem ser consultados em sua íntegra no seguinte link: <http://bit.ly/informacoes-cadastrais-esic>.

I. Localização geográfica de solicitantes

A indicação do Código de Endereçamento Postal (CEP), não se configura como dado obrigatório para a realização de pedidos de acesso à informação via e-SIC. No entanto, com base nos cidadãos que indicaram o CEP é possível identificar as regiões onde há maior concentração de pedidos de informação e-SIC. As regiões aqui indicadas são com base na divisão feita pelos Correios.

Nº da Região	Descrição	Quantidade de Pedidos
0	Grande São Paulo	6025
1	Estado de São Paulo (exceção da região da Grande São Paulo)	386
2	Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo	58
3	Estado de Minas Gerais	82
4	Estados da Bahia e Sergipe	36
5	Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte	25
6	Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima e Acre	33
7	Distrito Federal, Estados de Goiás, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	70
8	Estados do Paraná e Santa Catarina	119
9	Estado do Rio Grande do Sul	26
	Outros*	40
	Não Responderam	1362
	TOTAL	8262

* Nesses casos são CEPs que ou apresentaram inconsistências ou são de lugares fora do Brasil.

II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes

O cadastro de solicitantes no e-SIC exige a informação da natureza jurídica da pessoa solicitante (física ou jurídica). Do total de pedidos cadastrados em 2021 100% foram cadastrados por pessoas físicas, ou seja, utilizaram o CPF para cadastro.

Solicitante	Total de pedidos em 2021	% do total de pedidos 2021
Pessoa Física	8262	100%
Pessoa Jurídica	0	0%
Total	8262	100,00%

III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes

As pessoas solicitantes não são obrigadas a declarar seu gênero para cadastrar pedidos no e-SIC. Do total de pedidos cadastrados em 2021 por pessoas físicas e que responderam quanto ao gênero, 48% se identificam com o gênero masculino, 38% se identificam com o gênero feminino. Do total, 14% optaram por não responder.

Solicitante/ Gênero	Total de pedidos em 2021	% do total de pedidos 2021
Não Responderam	1142	14%
Feminino	3121	38%
Masculino	3999	48%
Total	8262	100%

IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes

É facultado às pessoas físicas que se cadastram no e-SIC informar seu nível de instrução. De forma geral, a maioria das pessoas cadastradas cursam ou concluíram o Ensino Superior (41,1%). Ademais, dentre a maioria, encontram-se as pessoas que cursam ou concluíram uma Pós-graduação (14,7%) e as pessoas que cursam ou concluíram o Ensino Médio (13,7%).

No cruzamento de escolaridade por gênero, percebe-se que, ao contrário do que foi identificado em 2020, onde havia uma diferença significativa entre os gêneros das pessoas que estavam cursando ou concluíram o Ensino Superior, sendo 53,89% do gênero masculino e 0,39% do gênero feminino, em 2021 percebe-se que a diferença entre pessoas que estavam cursando ou concluíram o Ensino Superior é mínima, sendo 49,3% do gênero masculino e 45,3% do gênero feminino.

Escolaridade	Geral	%
Sem instrução formal	49	0,6%
Ensino Fundamental	190	2,3%
Ensino Médio	1129	13,7%
Ensino Superior	3395	41,1%
Pós graduação	1211	14,7%
Mestrado	493	6,0%
Doutorado	208	2,5%
Não Informado	1587	19,2%
Total	8262	100%

Escolaridade	Não Informado	F	%	M	%	Total Geral
Sem instrução formal	0	33	1,1%	16	0,4%	49
Ensino Fundamental	1	97	3,1%	92	2,3%	190
Ensino Médio	2	561	18,0%	566	14,2%	1129
Ensino Superior	10	1414	45,3%	1971	49,3%	3395
Pós graduação	2	592	19,0%	617	15,4%	1211
Mestrado	3	284	9,1%	206	5,2%	493
Doutorado	1	72	2,3%	135	3,4%	208
Não Informado	1123	68	2,2%	396	9,9%	1587
Total	1142	3121	100,0%	3999	100,0%	8262

V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos

Em relação à ocupação profissional dos solicitantes, a maior parte dos pedidos foi feita por outras profissões 17,7%; estudantes 13,9%; profissionais que atuam no setor privado 9,1%; e profissionais liberais ou autônomos 7,8%.

Ao compararmos a profissão com os gêneros indicados, das pessoas que se identificam com o gênero masculino, 18,7% afirmam ter outras profissões das que não estavam na lista de opção, 12,8% são estudantes e 11% afirmaram ser profissionais liberais/autônomo.

Já no recorte entre as pessoas que se identificam com o gênero feminino 22,9% afirmam ter outras profissões, 20,5% são estudantes e 11,6% afirmaram ser profissionais do setor privado.

Profissao	Não informaram	F	%	M	%	Total Geral	%
Empregado - setor privado	9	361	11,6%	382	9,6%	752	9,1%
Empresário / Empreendedor	1	125	4,0%	370	9,3%	496	6,0%
Estudante	1	640	20,5%	511	12,8%	1152	13,9%
Jornalista	24	104	3,3%	236	5,9%	364	4,4%
Membro de ONG internacional	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Membro de ONG nacional	0	17	0,5%	6	0,2%	23	0,3%
Membro de partido político	0	1	0,0%	2	0,1%	3	0,0%
Outra	2	715	22,9%	748	18,7%	1465	17,7%
Pesquisador	3	208	6,7%	212	5,3%	423	5,1%
Professor	0	271	8,7%	125	3,1%	396	4,8%
Profis. Liberal / Autônomo	1	205	6,6%	438	11,0%	644	7,8%
Representante de Sindicato	0	3	0,1%	0	0,0%	3	0,0%
Servidor público estadual	0	107	3,4%	172	4,3%	279	3,4%
Servidor público federal	1	39	1,2%	108	2,7%	148	1,8%
Servidor público municipal	0	186	6,0%	250	6,3%	436	5,3%
Não Informaram	1100	139	4,5%	439	11,0%	1678	20,3%
Total	1142	3121	100,0%	3999	100,0%	8262	100,0%

Todos os dados sobre as informações cadastrais de 2021 estão disponíveis no Relatório Anual de 2021, disponível em: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/relatorio-de-acesso-a-informacao/>.

4. Transparência Ativa

Para cumprir as obrigações legais de transparência pública e oferecer um repositório confiável de dados públicos referentes à Prefeitura de São Paulo, a Divisão de Transparência Ativa da CGM mantém atualizados o Portal da Transparência e o Portal de Dados Abertos. Confira abaixo as estatísticas de uso destes canais.

I. Portal da Transparência

No ano de 2021 a Divisão de Transparência Ativa prosseguiu com o projeto de reformulação do Portal da Transparência. Em março de 2021 foi realizado o lançamento do novo Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo.

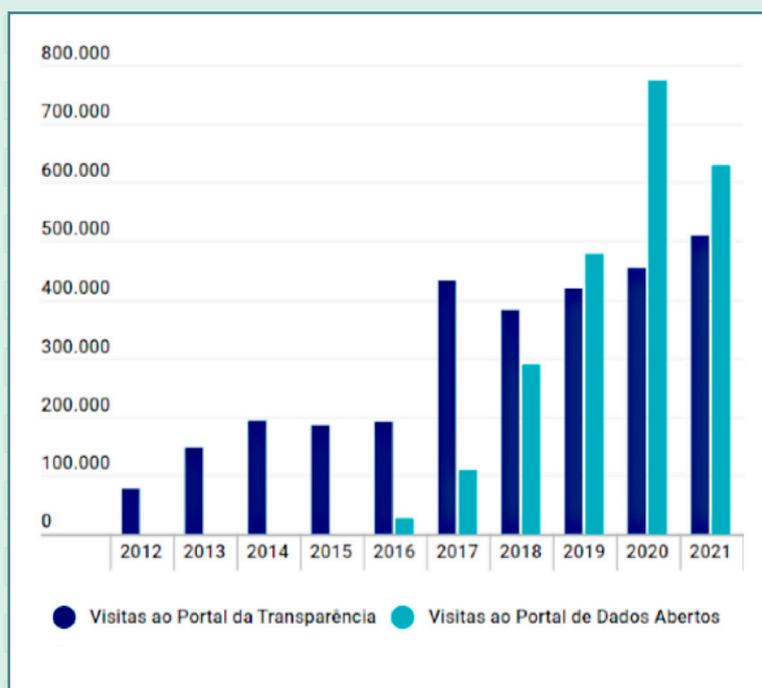
O novo Portal da Transparência foi desenvolvido em plataforma aberta e não proprietária (WordPress), facilitando a sua manutenção, aplicação de melhorias futuras, gestão de documentos e arquivos, e tornando o portal mais acessível por máquinas e API's. Esta reformulação foi fundamental para ampliar e modernizar a linguagem e identidade visual do Portal da Transparência, trazendo também uma maior acessibilidade, e adaptabilidade de seu conteúdo em diferentes telas e dispositivos, além de melhor performance de navegação e estrutura de informações mais intuitiva, integrada aos demais portais da Prefeitura.

O evento de lançamento do novo Portal da Transparência foi realizado virtualmente em 10/03/2021, e contou com mais de 100 participantes, além dos espectadores em outras plataformas. Este evento marcou também a finalização da primeira etapa de desenvolvimento do portal, que trata justamente da reformulação total de plataforma e transposição de conteúdo.

Durante o segundo semestre, a DTA trabalhou junto à Prodam para a conclusão da segunda etapa de desenvolvimento do novo Portal da Transparência. Dentre as ferramentas implementadas no portal, há melhorias nos mecanismos de busca de dados sobre Funcionalismo, inclusão dos dados de pagamentos dos funcionários da Administração Indireta, e a reformulação completa do mecanismo de Consultas Orçamentárias.

Em relação às consultas sobre Receitas e Despesas, o novo mecanismo conta com gráficos interativos e navegáveis, mais agilidade na disponibilização dos relatórios orçamentários, inclusão das Notas de Empenho e Notas de Liquidação na pesquisa por elemento de despesa - inclusive para download em formato aberto - e atualização dos materiais de orientação do usuário. Por fim, ainda foram criadas novas páginas para disponibilização de informações orçamentárias da PMSP, tais como a página sobre Orçamento Cidadão, e a nova página sobre o Planejamento Orçamentário da Prefeitura.

II. Visitas ao Portal de Transparência e ao Portal de Dados Abertos entre 2012 e 2021



O Portal da Transparência pode ser acessado pelo link:

[Página Inicial - Portal da Transparência](#)

III. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal de Transparência - 2012 e 2021

Ano	Visitantes Únicos	Nº de Visitas	Páginas Visitadas
2012	44.168	76.491	1.597.797
2013	79.122	146.405	2.607.839
2014	135.195	192.407	3.268.225
2015	108.681	185.200	2.909.099
2016	126.670	190.721	3.579.494
2017	169.109	432.119	4.831.820
2018	179.973	381.462	5.789.287
2019	184.833	418.746	7.921.016
2020	230.029	453.431	7.494.561
2021	364.177	508.729	5.114.653
TOTAL	1.622.347	2.985.711	45.113.791

Em 2021, a quantidade de visitantes únicos no Portal de Transparência cresceu 58,3% em comparação com o ano anterior. O nº de visitas cresceu cerca de 12,2%.

IV. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal de Dados Abertos - 2012 e 2021

No ar desde dezembro de 2015, o Portal de Dados Abertos organiza e disponibiliza os dados produzidos pela Administração Municipal. Ele pode ser acessado pelo seguinte link: [Portal de Dados Abertos](#). Abaixo constam os dados de acesso do Portal:

Ano	Visitantes Únicos	Nº de Visitas	Páginas Visitadas
2015	532	854	29.942
2016	18.308	25.757	320.195
2017	73.742	108.254	1.042.916
2018	207.665	288.323	2.331.807
2019	345.420	477.678	3.817.376
2020	467.316	773.384	4.621.455
2021	505.639	628.793	5.114.836
TOTAL	1.618.622	2.303.043	17.278.527

Em 2021, o número de visitantes únicos do Portal de Dados Abertos cresceu 8.2%, enquanto o aumento de páginas que foram visitadas no Portal foi de 10,7%.

V. Número de Visitas, de Páginas Visitadas e Volume de dados baixados em ambos os portais – 2012 a 2021

Na tabela abaixo estão a somatória dos quantitativos anuais de ambos os portais, considerando o nº de visitas, quantidade de páginas visitadas e o volume de dados baixados do Portal da Transparência e do Portal de Dados Abertos.

Os dados são quantificados a partir de 2016, considerando a criação do Portal de Dados Abertos apenas em dezembro de 2015. Os dados consideram apenas o tráfego visualizado, ou seja, feito a partir de um usuário real, e não por robôs ou mecanismos de extração automatizados.

Ano	Nº de Visitas	Páginas Visitadas	Volume de Downloads (em gb)
2016	216.478	3.899.689	627
2017	540.373	5.874.736	1.250
2018	669.785	8.121.094	1.352
2019	896.424	11.738.392	1.879
2020	1.226.815	12.116.016	1.907
2021	1.137.522	10.229.489	2.220
TOTAL	4.687.397	51.979.416	9.236

5. Informações Classificadas e Desclassificadas

Conforme disposto no Art. 30 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, que regulamenta a LAI no âmbito do Executivo Municipal, são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Essas informações devem ser classificadas como “reservada”, “secreta” ou “ultrassecreta”, o que define seus prazos máximos de restrição ao acesso em 05, 15 ou 25 anos, respectivamente. O Decreto prevê, ainda, que a classificação da informação com base no grau do seu sigilo poderá decorrer da apresentação de pedido de acesso à informação (Art. 77).

Desde a publicação do Decreto Municipal nº 56.519/2015, a classificação das informações, em qualquer grau de sigilo, é competência exclusiva da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), também por meio de Termo de Classificação. Cabe à CMAI rever, quando provocada, ou de ofício, conforme o art. 40, inciso II do Decreto Municipal nº 53.623/2012, a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de modo que a revisão de ofício deve ocorrer em até quatro anos da data da classificação. Além disso, a CMAI pode prorrogar, uma única vez e por período determinado, não superior a 25 anos, o prazo de sigilo de informação ultrassecreta, mediante justificativa.

No decorrer do ano de 2021, não houve deliberação acerca da classificação ou desclassificação de sigilo de informações pela CMAI, nem tampouco revisões ou reavaliações de classificação em sigilo.

Seguem abaixo os Termos de Classificação atualmente vigentes:

TERMO N°	01 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes vítimas de abandono, negligência, violência, exploração, ou por decisão judicial de destituição temporária ou permanente do poder familiar.
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/04/2020*
FUNDAMENTO	Conforme art. 23, inciso III da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Segundo a Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 o referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, maus tratos, exploração, abandono, e outras situações de risco pessoal. Assim, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de seus moradores em risco.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassecreto – 25 (vinte e cinco) anos (art. 33, III, Decreto Municipal nº 53.623/2012) ou após consumado o evento correspondente a 03 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

* O Termo de Classificação nº 01/SMADS foi reclassificado na data de 30/04/2020, sendo a data de classificação original o dia 19/12/2019.

TERMO N°	02 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de Serviço de Acolhimento Institucional de Vítimas de Violência – Vítimas de abandono, negligência, exploração violência sexual, ou por decisão judicial medida protetiva.
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/04/2020*
FUNDAMENTO	Conforme art. 23, inciso III da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	O referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de vítimas de violência, maus tratos, exploração, abuso, violência física, psicológica ou sexual, entre outras situações de risco pessoa. Assim, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de seus moradores em risco.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos (art. 33, inciso III do Decreto Municipal nº 53.623/2012) ou após consumado o evento correspondente a 3 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

* O Termo de Classificação nº 02/SMADS foi reclassificado na data de 30/04/2020, sendo a data de classificação original o dia 19/12/2019.

TERMO N°	01 / SMDHC
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
TIPO DE DOCUMENTO	Localização de abrigo
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	09/05/2014
FUNDAMENTO	Conforme Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Seção II, art. 23, Inciso VII, e Decreto Municipal nº 53.623/2012, art. 30, Inciso IV.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	O referido serviço, Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende, é uma oferta de acolhimento provisório que oferece proteção e abrigamento às mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaça em razão de violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública da localização da Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende poderá colocar a vida de suas abrigadas em risco, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos, precisam ter sua segurança garantida.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos.

TERMO N°	02 / SMDHC
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
TIPO DE DOCUMENTO	Localização de abrigo
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	20/04/2016
FUNDAMENTO	Conforme o art. 35, II, da Lei Federal 11.340/06 (Lei Maria da Penha), o art. 23, inciso VII, da Lei Federal nº 12.527/11 e o art. 30, IV, do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	<p>Da mesma maneira que a Casa Abrigo Helenira de Souza, cujo sigilo reside no TC nº 001/SMPM, a futura nova Casa Abrigo, ainda não nomeada, comporá a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Esse serviço é uma oferta de acolhimento provisório, que oferece proteção às mulheres, acompanhados ou não dos seus filhos e filhas, em situação de risco ou ameaça, em razão da violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.</p> <p>Desta forma, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de suas abrigadas em risco, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos e filhas, necessitando ter sua segurança garantida.</p>
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos

TERMO N°	01 / SEHAB
ÓRGÃO/ENTIDADE	SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Imóveis ocupados e ocupações em entroncamentos e vias arteriais/marginais, que serão objeto de desocupação com base nas metas 10.1 e 10.2 do Programa de Metas da Prefeitura Municipal.
TIPO DE DOCUMENTO	Endereço dos 27 imóveis públicos municipais ocupados que serão objeto de desocupação com base nas metas 10.1 e 10.2 do Programa de Metas da Prefeitura Municipal.
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/01/2020
FUNDAMENTO	Art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Dados sobre os prédios e áreas que ainda serão objeto de desocupação. No entender desta Secretaria, seria temerário tornar públicas tais informações, pois as ações de desocupação ainda estão sendo planejadas, de modo que sua divulgação prematura geraria instabilidade nos locais, podendo pôr em risco a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos por ocasião da desocupação. Além disso, tal divulgação poderia levar a um adensamento das ocupações já existentes, movido pela esperança de obtenção de alguma forma de atendimento habitacional por ocasião de desocupação, o que aumentaria os custos e os riscos das ações a serem realizadas. São 17 prédios públicos ocupados por aproximadamente 1.546 famílias. Para ocupações em entroncamentos e baixos de viadutos, são 10 localidades, envolvendo aproximadamente 1.172 domicílios.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Reservado – 5 (cinco) anos (art. 33, inciso III do Decreto Municipal nº 53.623/2012), ou após consumado o evento correspondente à execução do plano de desocupação.

6. Capacitações e debates realizados

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021, a Controladoria Geral do Município (CGM) realizou eventos e atividades de formação, nas quais houve a presença de 538 participantes ao todo. Os 18 eventos e formações mantiveram seu objetivo de disseminar a cultura da transparência na Administração Pública e na sociedade.

Atividade	Público	Número de Eventos	Número de Presenças
Formação em Governo Aberto – Rede INFO Aberta	Servidores Públicos	3	97
Oficina da LAI	Sociedade Civil e Servidores Públicos	6	157
Atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto	Sociedade Civil e Servidores Públicos	9	284
Total		18	538

Os tópicos seguintes apresentam uma lista desses eventos, acompanhados da data de realização e do número de participantes, categorizados por: (I) Atividades internas de formação, voltadas para servidores/as municipais; (II) Atividades envolvendo público interno e externo, que são encontros e espaços de interlocução entre o poder público e a sociedade civil com vistas à disseminação das práticas de transparência pública; e (III) Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto, realizado por meio de edital de contratação de pessoas físicas para ministrarem oficinas ligadas aos eixos de Governo Aberto.

I. Atividades internas de formação

No ano de 2021, a CGM promoveu 3 atividades formativas dedicadas exclusivamente a servidores/as municipais da Prefeitura de São Paulo, com um total de 97 participantes. Os cursos tiveram por objetivo capacitar e instrumentalizar os/as participantes nos temas de transparência pública, utilização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), gestão da informação, abertura de dados e governo aberto. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo.

Formação em Governo Aberto – Rede INFO Aberta		
Atividade	Data	Público Presente
Oficina ‘Você sabe o que é Governo Aberto? Amigos do saber explica’	18/11/2021	31
Oficina ‘Dados Abertos: importância, acesso e uso das informações com o Google Data Studio’	22/11/2021 e 24/11/2021	52
Oficina ‘Uma nova fase da pandemia de Covid-19: vacinação, saúde global e o retorno à normalidade’	07/12/2021	14
Total	3	97

II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo

Em 2021, a Controladoria Geral do Município realizou 15 eventos e atividades de formação voltadas ao público interno e externo, com um total de 441 participantes. Essas atividades consistiram em 6 oficinas da LAI e 9 atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo.

Oficina da LAI		
Atividade	Data	Público Presente
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	01/06/2021	61
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	30/06/2021	13
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	25/08/2021	23
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	10/09/2021	26
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	16/09/2021	12
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	05/10/2021	22
Total	6	157

Atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto		
Atividade	Data	Público Presente
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	27/05/2021	72
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	02/06/2021	12
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	23/06/2021	14
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	30/06/2021	61
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	12/08/2021	27
Curso 'Participação e Controle Social na Gestão Pública Municipal'	14/09/2021	14
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	14/09/2021	31
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	25/09/2021	30
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	18/11/2021	23
Total	9	284

III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto

Para a 6ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto, o edital de credenciamento foi reformulado a fim de diminuir o rito processual necessário à realização de cada edição. Dessa forma, a 6ª edição possibilitou selecionar Agentes de Governo Aberto aptos a oferecerem oficinas não apenas em 2021, mas também em 2022. A 6ª edição teve início com o lançamento da consulta pública em 29/04/2021, para que os interessados enviassem suas contribuições de alteração no texto do edital proposto.

O edital de credenciamento foi lançado em 25/05/2021 e dividido em 7 categorias temáticas: 1. Governo Aberto; 2. Orçamento Público e Gestão Municipal; 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; 4. Instrumentos de Planejamento Urbano; 5. Saúde e/ou Assistência Social; 6. Estrutura e Funcionamento Estatal; e 7. Governo Aberto nas Escolas. Para o ciclo de oficinas de 2021, foram recebidos 83 projetos, sendo 47 selecionados pela Comissão de Seleção. Para determinar quais Agentes seriam contratados, já sob as diretrizes da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi realizado um sorteio online, definindo as 30 oficinas ofertadas no ciclo.

Cada Agente de Governo Aberto contratado possuiu a carga horária máxima de 40 horas de oficinas práticas e 20 horas de planejamento a serem realizadas entre 22 de setembro e 19 de dezembro de 2021. Foram realizadas 450 oficinas e o público formado na edição foi de 3734 pessoas.

A categoria 1. Governo Aberto, que contempla a promoção e difusão de práticas e usos de ferramentas de transparência, integridade, participação e inovação, teve 6 projetos realizados, com 224h59m de atividades executadas e planejadas e 1028 pessoas formadas. Essas atividades estão relacionadas a seguir:

Nome da Oficina	Carga Horária	Público Presente
Conselhos populares: a cidadania do dia a dia	38h12m	169
Dados Abertos: importância, acesso e uso das informações com o Google Data Studio	40h	413
Explorando dados abertos: da consulta à visualização	39h43m	48
Lei de Acesso à Informação e Dados Abertos	31h27m	126
Tecnologia 60+: Aprenda a participar da sua cidade com App SP156	36h11m	47
Você sabe o que é Governo Aberto? Amigos do saber explica	39h26m	225
Total	224h59m	1028

Mais informações sobre essas e outras oficinas do Programa Agentes de Governo Aberto, em 2021, constam no relatório do Programa, disponível no link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/relacoes_institucionais/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=311530

7. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto

A Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto, ou simplesmente Rede INFO Aberta, é uma rede de servidores municipais dedicada a institucionalizar e disseminar a temática de governo aberto e transparência dentro da Prefeitura de São Paulo. Construída a partir de um compromisso firmado entre a Prefeitura de São Paulo e a Open Government Partnership (OGP), no âmbito do Plano de Ação em Governo Aberto, ela foi institucionalizada a partir da Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017, de 29 de maio de 2017.

Ao longo de 2021, foram realizadas 3 atividades com os pontos focais de Governo Aberto e uma capacitação presencial em 29/09/2021 para orientação dos pontos focais de e-SIC.

Os encontros tiveram por objetivo manter a formação continuada para esses servidores nas temáticas de acesso à informação, abertura de dados, governo aberto, assim como a operacionalização do atendimento dos pedidos através do Sistema e-SIC.

Referências

Legislação

[Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) – Lei de Acesso à Informação.

[Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013](#) – Cria a Controladoria Geral do Município.

[Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012](#) – Regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo.

[Decreto Municipal nº 54.779, de 22 de janeiro de 2014](#) – Promove alterações no Decreto nº 53.623/2013 e cria o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD).

[Decreto Municipal nº 56.519, de 16 de outubro de 2015](#) – Altera o Decreto nº 53.623, alterando procedimentos para a classificação e desclassificação de informações de caráter sigiloso no município.

[Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017](#) – Institui o estatuto que regulamenta a Rede INFO Aberta.

Links de acesso

[Base de dados 'Classificação Temática'](#) – Base de dados referente às categorizações dos pedidos de acesso à informação de 2017.

[Base de dados 'Informações Cadastrais'](#) – Base de dados referente às informações cadastrais de solicitantes via sistema e-SIC.

[Base de dados 'Pedidos Respondidos'](#) – Base de dados de todas as solicitações de acesso à informação realizadas à Prefeitura de São Paulo.

[Programa Agentes Formadores de Governo Aberto 2021](#) - Relatório de 2021 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto.

[Relatório da LAI 2017](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2017.

[Relatório da LAI 2018](#) - Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2018.

[Termos de Classificação - LAI](#) – Termos de classificação vigentes no Município de São Paulo.

[VCGE v. 2.1.0](#) – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico, versão 2.1.0, ano 2016